



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016
(Do Sr. Paulo Pimenta)

Solicita a realização de audiência pública com o Excelentíssimo Senhor Senador **Romero Jucá, líder do governo no Congresso Nacional**, para falar sobre as diversas denúncias de prática de ilegalidades e crimes graves relatada em acordo de delação premiada por executivo da empresa ODEBRECHT S.A., no âmbito da chamada operação “lava-jato”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com o Excelentíssimo Senhor Senador **Romero Jucá, líder do governo no Congresso Nacional**, para falar sobre as diversas denúncias de prática de ilegalidades e crimes graves relatadas em acordo de delação premiada por executivo da empresa ODEBRECHT S.A., no âmbito da chamada operação “lava-jato”.

Justificativa

Fato público e notório nos últimos meses, a partir da detenção no âmbito da chamada “Operação Lava-Jato”, de proprietários, sócios e executivos das maiores empreiteiras do país, como, entre outras, a OAS e a Odebrecht, graves denúncias de crimes e desvios de vultosos recursos públicos tem vindo à tona. Nesta última semana, o ex-vice-presidente de Relações Institucionais da empreiteira, Claudio Melo Filho, citou mais de 50 políticos em sua delação, que ainda precisa ser homologada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para ter valor jurídico.



No documento, divulgado inicialmente, na última sexta-feira, pelo site *BuzzFeed* e pela revista *Veja*, o executivo disse que a relação da Odebrecht com políticos envolvia repasses de propinas e de doações legais de campanha.

O objetivo, afirmou, era "manter uma relação frequente de concessões financeiras e pedidos de apoio, em típica situação de privatização indevida de agentes políticos em favor de interesses empresariais nem sempre republicanos".

Como cabeças do grupo ou organização criminosa aparecem, com destaques, os seguintes políticos:

Michel Temer

O atual Presidente da República é citado 43 vezes da delação de Cláudio Melo Filho. O Sr. Cláudio Melo Filho em sua delação afirma expressamente:

"O núcleo político organizado do PMDB na Câmara dos Deputados é historicamente liderado por Michel Temer, atual Presidente da República.

À semelhança do que ocorre no Senado Federal, esse grupo é capitaneado por três nomes: Michel Temer, Eliseu Padilha (atual Ministro-chefe da Casa Civil) e Moreira Franco (Ministro de Estado do atual Governo). Dedico a cada um deles anexo próprio, em que relato detalhadamente os relacionamentos que mantive com todos.

Pelo que pude perceber ao longo dos anos, a pessoa mais destacada desse grupo para falar com agentes privados e centralizar as arrecadações financeiras é Eliseu Padilha. Ele atua como verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome. Eliseu Padilha concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do PMDB para posteriores repasses internos.

Michel Temer atua de forma muito mais indireta, não sendo seu papel, em regra, pedir contribuições financeiras para o partido, embora isso tenha ocorrido de maneira relevante no ano de 2014, conforme detalharei adiante. Esse papel de "arrecadador" cabe primordialmente a Eliseu Padilha e, em menor escala, a Moreira Franco.

Tanto Moreira Franco como Eliseu Padilha, contudo, valem-se enormemente da relação de representação/preposição que possuem de Michel



Temer, o que confere peso aos pedidos formulados por eles, pois se sabe que o pleito solicitado em contrapartida será atendido também por Michel Temer”.

Uma dessas ocasiões, disse o delator, ocorreu em maio de 2014, em um jantar no Palácio do Jaburu (residência oficial do vice-presidente).

Foi quando Temer teria pedido a Marcelo Odebrecht uma contribuição para as campanhas eleitorais do PMDB, e o presidente da empreiteira teria concordado em repassar R\$ 10 milhões ao partido.

Eliseu Padilha

Identificado como "Primo" em documentos internos da Odebrecht, o ministro da Casa Civil, também filiado ao PMDB, aparece 45 vezes na delação de Melo Filho.

Segundo o ex-executivo Cláudio Filho, Padilha atua como "verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome".

"Eliseu Padilha concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do PMDB para posteriores repasses internos", acrescentou o delator.

Ele afirmou ainda que Padilha ficou responsável por "receber e alocar" R\$ 4 milhões dos R\$ 10 milhões prometidos em 2014 por Odebrecht a Michel Temer.

"Quero ressaltar que, nas vezes que me foi solicitada qualquer agenda com Michel Temer, procurava Eliseu Padilha, que viabilizava os encontros para as demandas da empresa."

Em nota, Padilha negou ter recebido propina da empreiteira. "Nunca tratei de arrecadação para deputados ou para quem quer que seja. A acusação é uma mentira."

José Yunes

Amigo pessoal de Michel Temer, o advogado José Yunes é assessor especial do gabinete da Presidência. Aparece três vezes na delação do ex-executivo da Odebrecht como intermediário de um dos pagamentos feitos a Eliseu Padilha.

"Um dos pagamentos (...) ocorreu entre 10 de agosto e o final de setembro de 2014 na (...) sede do escritório de advocacia José Yunes e Associados", afirmou.

O assessor nega o recebimento de qualquer quantia da empreiteira.



Moreira Franco

O secretário-executivo de Parcerias de Investimentos de Temer aparece 34 vezes na delação de Melo Filho - é citado nos documentos internos da Odebrecht com o apelido "Angorá".

O delator afirmou que, como Padilha, Franco representava os interesses de Temer e atuava "em menor escala" como arrecadador. Disse ter se reunido "algumas vezes" com o peemedebista para tratar sobre temas de aviação civil, quando Franco coordenava a área no governo Dilma Rousseff, entre 2013 e 2014.

Gilberto Kassab

Ex-prefeito de São Paulo, atual ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações de Temer (e presidente licenciado do PSD), Kassab apareceu em declarações preliminares de executivos da Odebrecht como um dos políticos que teriam recebido recursos ilícitos da empreiteira.

O jornal O Globo informou nesta segunda-feira (12) que o executivo da Odebrecht Paulo Cesena disse que Kassab recebeu R\$ 14 milhões da empresa em caixa dois em 2013 e 2014 para sua campanha ao Senado em 2014 e demais compromissos eleitorais do PSD.

Bruno Araújo

Claudio Melo Filho menciona o atual ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB), como um dos políticos com os quais mantinha contatos frequentes.

Deputado federal licenciado, Araújo teve o nome citado em lista de pagamentos da Odebrecht, revelada após busca e apreensão em fevereiro de 2016. Ex-líder do PSDB na Câmara no governo Dilma, ele teria recebido recursos para as campanhas de 2010 e 2012.

José Serra

Embora não seja citado diretamente na delação de Melo Filho, o ministro das Relações Exteriores do governo Temer, José Serra (PSDB), foi citado por funcionários da Odebrecht como destinatário de R\$ 23 milhões repassados via caixa 2 para sua campanha presidencial de 2010.



Parte desses recursos teria sido transferida por meio de uma conta na Suíça. As informações foram reveladas em agosto pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Mendonça Filho, Raul Jungmann e Ricardo Barros

Os ministros Mendonça Filho (Educação, DEM), Raul Jungmann (Defesa, PPS) e Ricardo Barros (Saúde, PP) aparecem nos documentos da Odebrecht apreendidos em fevereiro de 2016. Eles estariam entre os mais de 200 políticos de mais de 20 partidos que receberam recursos da empreiteira.

Geddel Vieira Lima

Ex-integrantes do primeiro escalão da gestão Temer também foram citados na Lava Jato. Geddel Vieira Lima (PMDB), ex-titular da Secretaria de Governo, aparece 67 vezes na delação de Melo Filho.

Com o apelido "Babel", é citado como responsável por ter apresentado Temer ao ex-executivo e pela "influência" dentro do núcleo duro do PMDB formado por Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco.

Melo afirma que Geddel "interagia com agentes privados para atender seus pleitos em forma de pagamentos" e cita presentes e repasses ao ex-ministro em 2006, 2008, 2010 e 2014, que teriam superado R\$ 5 milhões.

Geddel, que deixou o cargo no mês passado após ser acusado pelo ex-ministro da Cultura Marcelo Calero de defender interesses particulares no governo, sempre negou o emprego de recursos de caixa dois.

Senador Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PMDB), ex-titular do Planejamento, é citado por Melo Filho mais de cem vezes na delação.

Apelidado "Caju" nas comunicações internas da empreiteira, é mencionado por Melo Filho como integrante do "núcleo dominante" do partido no Senado e "principal interlocutor" do ex-executivo no Congresso. Teria recebido R\$ 22 milhões em pagamentos. Vejamos um excerto literal do Delação do Sr. Cláudio Melo Filho:

“O núcleo dominante do PMDB no Senado Federal tem a sua cúpula formada pelos Senadores Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira. Esse grupo



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

é bastante coeso em suas atuações e possui enorme poder de influência sobre outros parlamentares, tanto do partido como de outras legendas. Esse fato dá a esse núcleo grande poder de barganha, pois possui a capacidade de praticamente ditar os rumos que algumas matérias serão conduzidas dentro do Senado Federal.

Os papéis desempenhados por cada um dos Senadores dentro do grupo são bastante claros. Pela sua capacidade de interlocução política (tendo sido líder do governo por vários anos seguidos), o Senador Romero Jucá pode ser considerado o “homem de frente” nas tratativas diretas com agentes particulares. Um exemplo disso é encontrado no fato de que o gabinete do Senador sempre foi concorrido e frequentado por agentes privados interessados na sua atuação estratégica.

Exatamente por essa posição destacada, o Senador Romero Jucá, no meu entendimento, é o principal responsável pela arrecadação de recursos financeiros dentro do grupo do PMDB no Senado. Dedico a ele um relato à parte exclusivo, pois foi ele o meu principal interlocutor dentro do Senado Federal. A minha experiência deixou claro que o Senador Romero Jucá centralizava o recebimento de pagamentos e distribuíam os valores internamente no grupo do PMDB do Senado Federal, especificamente, no que posso atestar com total segurança, no que diz respeito aos Senadores Renan Calheiros e Eunício Oliveira. ”

Mesmo considerando que tanto as delações como eventuais denúncias divulgadas pela grande imprensa precisam ser comprovadas, os fatos em si são muitos graves e exigem uma pronta e imediata explicação das autoridades da república e políticos citados.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 2016.

Deputado Paulo Pimenta
PT/RS